

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 984.000 - SP (2016/0244135-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : SEVERINO CANDIDO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE - SP042501  
CLEITON LEAL DIAS JUNIOR - SP124077  
KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÕES AMARO E OUTRO(S) -  
SP204950  
**AGRAVADO** : PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADO** : GUILHERME GONFIANTINI JUNQUEIRA E OUTRO(S) -  
SP182913

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). ART. 535 DO CPC/73. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ARTS. 458 E 459 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DO ARESTO RECLAMADO. NÃO OCORRÊNCIA. INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO JURÍDICA ADOTADA. MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SEVERINO CÂNDIDO DA SILVA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"Contrato de previdência privada - Ação de revisão de benefício previdenciário, com pleitos cumulados de restituição de valores e de indenização por danos materiais - Sentença de procedência - Reforma do julgado - Necessidade - Cálculos efetuados de acordo com o regulamento vigente à época da aposentação - Reconhecimento - Inexistência de diferença a ser paga ao autor - Precedentes jurisprudenciais. Apelo da ré provido." (e-STJ fl. 307).*

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 327).

Em sede de recurso especial, o recorrente alega o malferimento do artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil/1973, uma vez que o aresto reclamado julgou o recurso "sem apresentar as razões pelas quais entende que está correto o benefício ou, ao menos, as razões pelas quais está equivocada a pretensão do autor" (e-STJ fl. 336), tendo o Tribunal *a quo* deixado de integrar o julgado.

Na sequência, aponta contrariedade aos artigos 458 e 459 do Código de Processo Civil/1973, pois "o v. acórdão simplesmente afirmou que o regulamento da reclamada foi aplicado ao caso do suplemento do autor, sem fundamentar seu entendimento" (e-STJ fl. 337), ou seja, sem indicar quais os elementos dos autos demonstram a correção do valor do suplemento e quais as disposições do regulamento que foram efetivamente cumpridas pela recorrida.

Por fim, indica julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que lhe seria favorável.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 341/357.

Em suas razões de agravo, a parte agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 367/375).

Recebidos os autos neste Superior Tribunal de Justiça, determinei a sua devolução à origem para que o julgamento do recurso permanecesse suspenso até o pronunciamento definitivo desta Corte Superior no REsp n.º 1.435.837/RS, vinculado ao Tema n.º 907/STJ, observando-se, em seguida, o procedimento previsto nos arts. 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil/2015 (e-STJ fls. 413/414).

Entretanto, vislumbrando a possibilidade de não se tratar de hipótese inserida no âmbito do tema que motivou a devolução do feito, a Presidência da Seção de Direito Privado do TJSP determinou a remessa dos autos a este STJ (e-STJ fl. 440/441).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 449).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que, superada a análise do presente agravo, o juízo de admissibilidade do recurso especial será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ato contínuo, não merece guarida a pretensão recursal.

O recorrentes alegou malferimento do artigo 535, I e II, do CPC/1973, uma vez que o aresto reclamado julgou o recurso "sem apresentar as razões pelas quais entende que está correto o benefício ou, ao menos, as razões pelas quais está equivocada a pretensão do autor" (e-STJ fl. 336), tendo o Tribunal *a quo* deixado de integrar o julgado.

Na sequência, apontou contrariedade aos artigos 458 e 459 do CPC/1973, pois "o v. acórdão simplesmente afirmou que o regulamento da reclamada foi aplicado ao caso do suplemento do autor, sem fundamentar seu entendimento" (e-STJ fl. 337), ou seja, sem indicar quais os elementos dos autos demonstram a correção do valor do suplemento e quais as disposições do regulamento que foram efetivamente cumpridas pela recorrida.

Não obstante o esforço argumentativo da parte, não há se falar em omissão ou deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. Com efeito, a Corte local entendeu que os cálculos foram efetuados de acordo com o regulamento vigente à época da aposentação, bem como que inexistem diferenças a serem pagas ao autor, o que o fez a teor dos seguintes fundamentos:

*"Demanda ajuizada ao argumento de que o autor trabalhava na empresa CODESP quando contratou o programa de aposentadoria suplementar junto à 'Portus', mas, no momento da aposentadoria, o benefício previdenciário foi calculado de maneira equivocada, através da média dos últimos 36 (trinta e seis) salários de contribuição, do que resultou uma diferença a menor.*

*Assim, requereu a revisão dessa quantia, que deveria ter sido calculada de acordo com a média de 80% dos maiores salários da época de contribuição, conforme previsto no art. 29, I, da Lei nº 8.213/91, com alterações operadas pela Lei nº 9.876/99, assim como o recebimento da diferença desde o primeiro pagamento.*

*Diante da controvérsia estabelecida, tenho que razão assiste à apelante, com a devida vênia.*

*A documentação que instruiu o processo revela que o autor passou a receber o benefício previdenciário, junto à 'Portus', em agosto de 2010.*

*Ocorre que, como se depreende dos cálculos de fls. 13, o valor do benefício foi calculado de acordo com o regulamento de Benefício da Portus vigente à época do cálculo da complementação, inexistindo, assim, diferença devida ao apelante.*

*De tudo se deflui que para o pagamento da suplementação, desde o primeiro momento, a entidade privada observou ao que constava do regulamento vigente ao tempo da aposentação, de modo que inexistiu suposta lesão ao autor, devendo a ação ser julgada improcedente.*" (e-STJ fls. 309/310, grifei).

Opostos embargos de declaração, assim constou do aresto integrativo:

*"[...] o julgado foi claro no que respeita às questões levantadas, certo que toda a matéria foi suficientemente analisada e valorada de acordo com o convencimento fundamentado deste relator, que anotou que razão socorre à embargada, haja vista que, para o pagamento da suplementação, desde o primeiro momento, a entidade privada observou ao que constava do regulamento vigente ao tempo da aposentação, de modo que inexistiu suposta lesão ao embargante, devendo a ação ser julgada improcedente.*" (e-STJ fl. 329, grifei).

Assim, possível extrair que os cálculos apresentados demonstram que "o valor do benefício foi calculado de acordo com o regulamento de Benefício da Portus vigente à época do cálculo da complementação, inexistindo, assim, diferença devida ao apelante".

No caso, não há se falar em omissão ou deficiente fundamentação relativamente à correção do valor do suplemento e às disposições do regulamento que foram efetivamente cumpridas pelo ente recorrido.

Nessa ordem de idéias, não se pode confundir julgamento desfavorável aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Dessa forma, o inconformismo recursal revela mera pretensão de rejugamento da causa, tão-somente, porque a solução jurídica adotada pela Corte

local foi contrária ao interesse da parte.

Portanto, não há se falar em violação dos arts. 458, 459 e 535 do CPC/1973.

Por fim, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73, e 255, §§ 1º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio. No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno deste STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**